



A GESTÃO DO CONHECIMENTO E A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO NAS INSTITUIÇÕES PARTICULARES

Márcia Regina Cavalcante Bonadio¹, Vilson Davi Corrêa da Cruz², Flávio Bortolozzi³, Luiz Tatto⁴

RESUMO: O objetivo deste artigo é pesquisar as relações entre programas de financiamento do governo FIES e ProUni e a expansão do ensino superior privado, disponibilizando os resultados encontrados as IES privadas. A pesquisa metodologicamente fundamentou-se em revisão bibliográfica obtendo informações disponíveis: na literatura atual em artigos; em sites do governo e em sites com dados estatísticos. A abordagem científica é qualitativa, tendo como estratégia exploratória e documental. Observa-se que nos últimos quinze anos houve um crescimento do ensino superior brasileiro relacionado: ao aumento de IES; ao número de matrículas; ao aumento de contratos do FIES e as bolsas ProUni. Destacamos um estudo relativo aos programas de governo FIES e ProUni, concomitantemente com as IES particulares, que permitem efetuar as devidas compensações nos tributos federais, nas modalidades de INSS, COFINS, PIS, IRPJ e CSLL. Além disto, com o auxílio da Gestão do Conhecimento que é uma metodologia que tem como finalidade gerenciar um conjunto de atividades responsáveis por criar, armazenar, disseminar e usar efetivamente o conhecimento das organizações, disponibilizar para a comunidade das IES particulares os resultados do estudo.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino Superior; Expansão; Gestão do Conhecimento; Programas de Governo.

1 INTRODUÇÃO

Desde 1990 o Brasil tem passado por um processo de reformas no que tange ao ensino superior brasileiro. Nesse contexto, houve um aumento significativo na expansão do ensino superior particular, baseado em reformas governamentais, refletindo-se em aumento do número de Instituições de Ensino Superior (IES), número de matrículas, contratos de FIES- Financiamento Estudantil e bolsas ProUni – Programa Universidade para todos.

Paralelamente ao período da década de 90, uma nova área de conhecimento interdisciplinar começou aparecer nos meios científicos, que corresponde à Gestão do Conhecimento (GC), diante disso, a GC tem a finalidade de determinar qual o conhecimento, onde, de que maneira e quando o mesmo deve estar disponível em uma organização ou IES, tornando o conhecimento como resultado da informação, e um conhecimento novo, sobremaneira, contribuindo com o processo de tomada de decisão em todos os níveis organizacionais.

O artigo por ser interdisciplinar envolve as áreas de educação e administração, desta maneira considerando a GC como uma ferramenta essencial para as organizações. A pesquisa justifica-se devido a expansão do ensino superior e dos programas de governo FIES e ProUni, evidenciando a problemática de se questionar sobre a expansão do ensino e o interesse na compensação dos impostos governamentais devidos pelas IES. Tornando-se importante uma pesquisa aprofundada, partindo de um pressuposto que o financiamento da educação superior pode ter sido um dos fatores que contribuíram para a expansão do ensino superior, juntamente ao crescimento das IES particulares em todo o país, nesse contexto, devido os programas de governo como o Financiamento Estudantil (FIES em 1999) e o Programa Universidade para Todos (ProUni em 1995), segundo informações nos sites do governo, demonstram crescimento de forma significativa.

As IES particulares ao aderirem aos programas de governo FIES e ProUni, serão beneficiada na compensação de tributos na modalidade federais do INSS, pertinente ao FIES e para o ProUni a compensação da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS), de Imposto de Renda (IRPJ), e Contribuição Social (CSLL), estas compensações terão início a partir da efetivação do contrato com o aluno no ensino superior.

Espera-se com este artigo e a utilização da GC, onde pode-se, analisar o processo de expansão do ensino superior brasileiro, juntamente com o aumento de IES, os números de matrículas e contratos dos programas de FIES e ProUni. Desta forma permitindo gerar informações e conhecimentos a todos os usuários das informações pesquisadas.

¹ Mestranda em Gestão do Conhecimento nas Organizações do Centro Universitário Cesumar - UNICESUMAR, Maringá-PR. Professora Titular da UniCesumar no curso de Ciências Contábeis. e-mail: assessoria@marcia-cavalcante.com.br

² Mestrando em Gestão do Conhecimento nas Organizações do UNICESUMAR, Maringá-PR. Professor Titular da UniCesumar no curso de Ciências Contábeis. e-mail: vdccruz@hotmail.com

³ Professor do Mestrado em Gestão do Conhecimento nas Organizações do UNICESUMAR, Maringá-PR. e-mail: flavio.bortolozzi@unicesumar.edu.br

⁴ Professor do Mestrado em Gestão do Conhecimento nas Organizações do UNICESUMAR, Maringá-PR. e-mail: tattoluiz@gmail.com



2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 GESTÃO DO CONHECIMENTO

No que tange ao conhecimento, pode se entender como o ato de conhecer algo, uma situação específica ou abrangente, logo a gestão do conhecimento (GC) é entendida como o conjunto de atividades responsáveis por criar, armazenar, disseminar e utilizar efetivamente o conhecimento. Na atual conjuntura, o conhecimento sobre um determinado fator, torna-se uma vantagem competitiva, pois o detentor do conhecimento terá condições de inovar e ter competitividade no mercado em que atua. Carvalho, (2012 p. 61), comenta que a visão do conhecimento promove todo o processo de criação e gestão de conhecimento, pois “a criação do conhecimento ocorre o tempo todo em qualquer organização. De modo abrangente, o que a gestão do conhecimento faz é capacitar os membros da organização com o intuito de potencializar esse processo de criação”.

O conhecimento torna-se recurso necessário, podendo se dizer que o conhecimento contribui para que as organizações possam almejar os resultados futuros em uma sociedade em constantes modificações. Zobot e Silva (2002, p. 66), comentam que o “conhecimento é, na verdade, um trunfo competitivo de extremo poder, e é de extrema importância não só sua aquisição, como também sua criação e transferência”. Como evidenciam os autores, o conhecimento pode ser visto como um diferencial para as organizações, tendo em vista a sua criação e o compartilhamento.

O conhecimento é um fator indispensável, embora para obtenção do conhecimento, haverá a necessidade do processamento da informação em conhecimento específico, tendo em vista, a importância que a informação tem para as organizações. No final da década de 1980, as empresas passaram a discutir a informação em outro contexto, de modo que a informação fosse transformada em novos conhecimentos. Nesse contexto, para que o conhecimento seja disseminado, haverá um compartilhamento de informações e, conseqüentemente, gerando novos conhecimentos conforme apresentado na Figura 1.

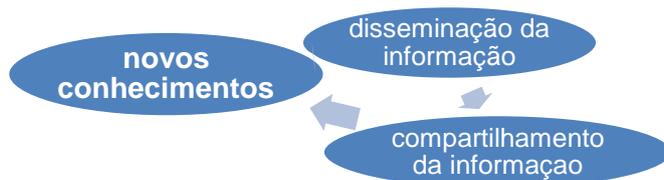


Figura 1 – Formação de Novos Conhecimentos.

Fonte: Elaborado pelo Autor

As organizações têm por necessidade manter uma relação comercial com o mundo dos negócios, considerando o conhecimento como excelência organizacional, certamente contribuirá no processo gerencial, sendo ainda essencial o compartilhamento da informação. No entanto, a organização realizando o processo de GC adequadamente, contribuirá em fatores positivos em um ambiente corporativo. Para Fayard (2010, p. 141), “O compartilhamento da informação é um desafio permanente para a empresa, assim como a redução da duração dos ciclos entre a criação de conhecimento, sua disseminação interna e seu uso”.

Logo surge a gestão estratégica do conhecimento, para Bueno *et.al* (2004, p. 91), “Toda organização deve ter uma visão adequada de si mesma, dos recursos de que dispõe, do tipo de relacionamento que deseja manter com seus clientes e fornecedores, de como irá atingir os seus objetivos organizacionais”, bem como, uma ferramenta a ser utilizada dentro da organização para que o processo aconteça com eficiência e, certamente a empresa ter bons resultados.

2.2 ESTRUTURA E POLÍTICAS DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

No contexto de educação brasileira, a Constituição Federal (CF) de 1988 é a lei suprema a nível nacional, juntamente com outras diretrizes como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 9.394 de 20 de Dezembro de 1996, e o Conselho Nacional de Educação (CNE) com as articulações do Plano Nacional de Educação (PNE), são considerados arcabouços jurídicos na forma de leis para a educação brasileira.

2.2.1 estrutura do ensino superior

O Ministério da Educação (MEC) é o órgão que regulariza, avalia, conserva a qualidade do ensino e programa de política nacional de educação. Por meio da Lei 9.131 de 24 de Novembro de 1995, no art. 6º, o MEC



redige a seguinte redação: “exerce as atribuições do poder público federal em matéria de educação, cabendo-lhe formular e avaliar a política nacional de educação, zelar pela qualidade do ensino e velar pelo cumprimento das leis que o regem”.

O CNE tem por atribuição assessorar o MEC, diante de normativas, deliberativas e de assessoramento das funções e atribuições ao setor público federal em todo angulo da educação brasileira, conforme acesso em 25 de Agosto de 2015 no site do MEC, ainda: “cabendo-lhe formular e avaliar a política nacional de educação, zelar pela qualidade do ensino, velar pelo cumprimento da legislação educacional e assegurar a participação da sociedade no aprimoramento da educação brasileira”.

O PNE objetiva ampliar as vagas na IES, tendo em vista que investindo do setor público ou privado de certa forma estará ampliando o acesso à educação. Conforme acesso em 17 de Agosto de 2014, o novo Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2011-2020, com novas metas e objetivos para o ensino em todos os níveis incluindo o ensino superior.

Na sequência a figura 2 apresenta a estrutura do ensino superior no Brasil.



Figura 2 - Estrutura do Ensino Superior.

Fonte: Elaborado pelo Autor

Diante do contexto, no que condiz a estrutura do ensino superior, considera-se o MEC como a soberania do ensino brasileiro, ainda que, contando com a colaboração do CNE e o PNE, são considerados arcabouços jurídicos na forma de leis que asseguram aos brasileiros melhores condições sociais e na educação brasileira.

2.3 EXPANSÃO DE INSTITUIÇÕES DO ENSINO SUPERIOR (IES), MATRÍCULAS, FINANCIAMENTO ESTUDANTIL (FIES) E PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS (ProUni)

Desde a década de 90 o Brasil passou por diversas reformas no que tange a educação superior brasileira, foram implementadas políticas públicas educacionais relacionadas ao ensino superior. O governo federal diminuiu seus investimentos no ensino superior público, e aumentou os investimentos no ensino superior privado, de modo a financiar a educação superior.

Nesse contexto, o governo federal perde a característica direta como executor, mas não como controlador e avaliador do ensino superior brasileiro, Amaral (2003, p.57) faz os devidos comentários: “O Estado teve a sua função na educação superior alterada, passando de agente direto de um processo integral a agente apenas regulador e controlador”, segundo Amaral, o governo federal se isentou como executor, mas não como avaliador, transferindo a responsabilidade ao setor privado, mas não deixando a função de planejar e avaliar o ensino superior.

2.3.1 CRESCIMENTO DE IES PARTICULARES

Nos últimos anos, disseminaram o crescimento das IES particulares, o governo diminui os investimentos nas IES públicas, adotando incentivos como financiamento e bolsas educacionais para o ensino superior, Costa (2004, p.112), evidencia que no processo de descentralização do ensino no Brasil, “o governo federal passa a atuar como avaliador do processo do ensino do que exatamente como executor, com as atuais políticas neoliberais, implementado políticas de investimentos no setor privado e não mais no setor público”. O gráfico 1, representa o crescimento de IES Particulares no período de 2000 a 2013:

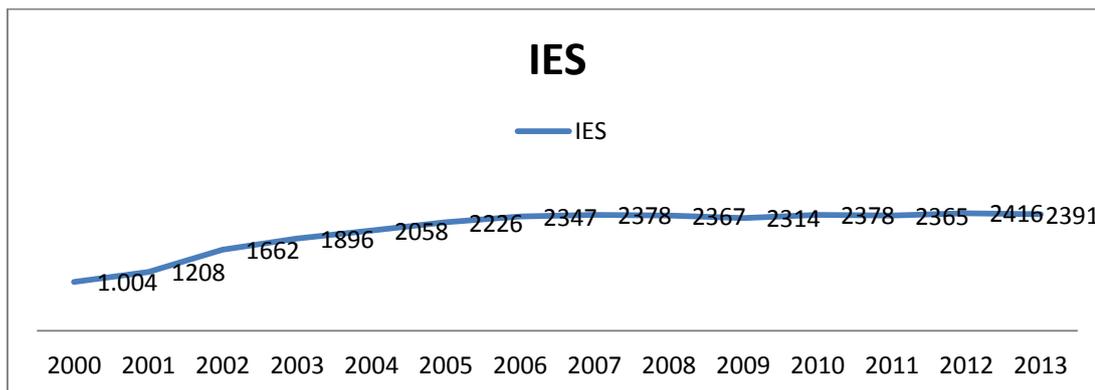


Gráfico 1 – Crescimento de IES Particular (2000-2013)

Fonte: MEC/INEP/DEED

Conforme gráfico 1, referente o período do ano 2000 – 2013, demonstrou a expansão que ocorreu no número de IES particulares em território nacional brasileiro.

2.3.2 AUMENTO DE MATRICULAS NO ENSINO SUPERIOR

Com um cenário de proliferação das IES particulares, contribuindo com o aumento de matrículas no ensino superior, o gráfico 2 demonstra o crescimento de matrículas no período do ano de 2000 a 2013.

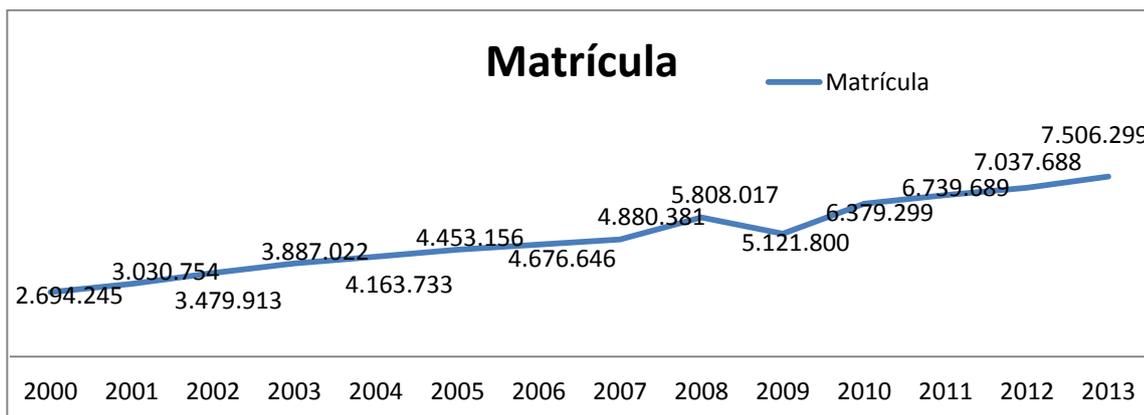


Gráfico 2 – Matrícula no Ensino Superior (2000 - 2013).

Fonte: MEC/INEP/DEED

Conforme gráfico 2, referente o período do ano 2000 – 2013, demonstrou o crescimento que ocorreu no número de Matrículas no ensino superior em território nacional brasileiro.

2.3.3 FINANCIAMENTO ESTUDANTIL (FIES)

O FIES, foi aprovado pela lei n.º 10.260, de 12 de Julho de 2001, segundo o Art. 1º “É destinado à concessão de financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores não gratuitos e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação, de acordo com regulamentação própria”.

Essa modalidade de financiamento educacional é destinada aos estudantes de baixa renda. Dessa forma, o novo programa vincula-se à avaliação aos alunos selecionados de famílias com menor poder aquisitivo. Contudo, no gráfico 3, **observa-se o crescimento significativo de número de contratos com o FIES**, no período de 2000 a 2014:

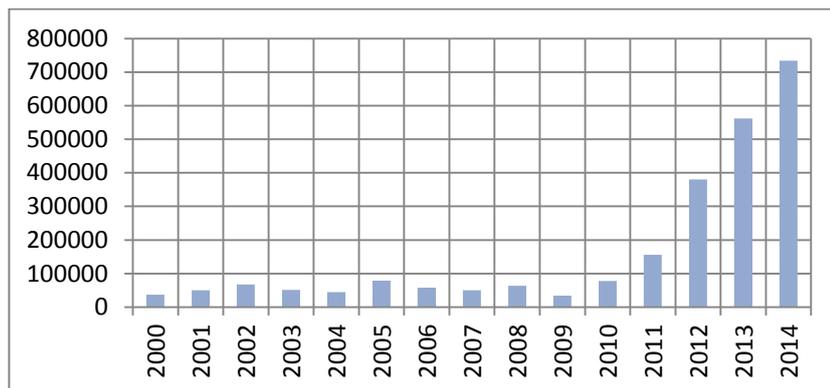


Gráfico 3 – Evolução de FIES (2000 – 2014).

Fonte: Caixa Econômica Federal

De acordo com o gráfico 3, referente o período do ano 2000 – 2014, demonstrou o crescimento de contratos com o FIES nas IES particulares, apresentando um maior crescimento nos anos de 2011 - 2014.

A Lei 10.260 de 12 de Julho de 2001, no Art. 4º, redige a cerca do FIES: “São passíveis de financiamento pelo Fies até 100% (cem por cento) dos encargos educacionais cobrados dos estudantes por parte das instituições de ensino devidamente cadastradas para esse fim pelo Ministério da Educação”, haja vista a necessidade de a IES ser cadastrada com a Caixa Econômica Federal.

Conforme acesso na Caixa Econômica Federal, em 23 de Agosto de 2015, a IES poderá compensar as contribuições com o FIES, “somente aquelas cujos códigos de pagamento se encontram na página de declaração, já pré-definidas pelo INSS, e para os CNPJ da mantenedora e das mantidas que estão credenciadas ao FIES”. No entanto, para a IES, se beneficiar fiscalmente com o recurso do FIES, terá que atender alguns requisitos, para poder fazer as compensações com o tributo de INSS, conforme determina a legislação.

2.3.4 PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS (PROUNI)

O ProUni é uma modalidade de bolsa educacional para o ensino superior, promulgado no governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva pela Lei nº 11.096/2005, sendo esse, uma forma de concessão de bolsas de estudos nas modalidades integrais e parciais aos estudantes de baixa renda, nas instituições de ensino superior privadas.

Contudo no gráfico 4, demonstra a evolução de bolsas educacionais relativas ao programa de governo ProUni, compreendido no período do ano de 2005 - 2014:

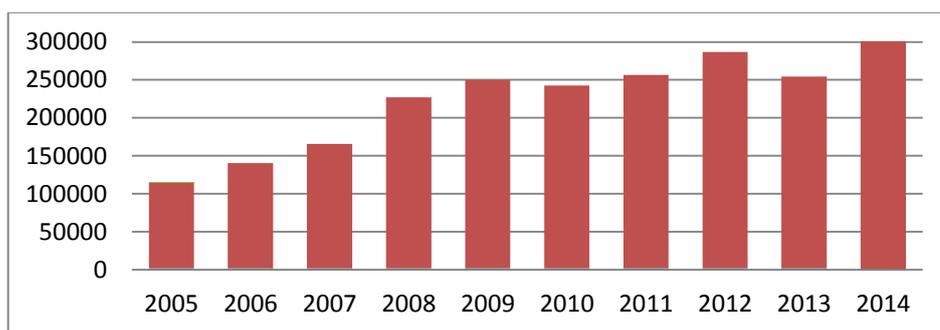


Gráfico 4 – Evolução de Bolsas do ProUni (2005– 2014)

Fonte: MEC

De acordo com o gráfico 4, referente o período do ano de 2005 – 2014, demonstrou o crescimento em número de bolsas do ProUni nas IES particulares, apresentando um maior crescimento nos anos de 2008 - 2014.

As instituições de ensino superior privada que aderem aos programas de financiamentos educacionais, oriundos de investimentos do governo federal, são beneficiadas por meio de compensações de tributos federais, tais como: (IRPJ), (CSLL), (COFINS) e (PIS). As compensações iniciam-se a partir da efetivação do contrato com o aluno no ensino superior.

Conforme MEC, acesso em 20 de Agosto de 2014, o ProUni isenta as instituições de ensino superior do pagamento de quatro tributos, como: “Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Contribuição



para o Programa de Integração Social (PIS)”. Ainda que a isenção passe a valer a partir da assinatura do Termo de Adesão na forma de oferecer vagas aos alunos bolsistas.

3 MATERIAL E MÉTODOS

Com base nas formulações e objetivos desse artigo, buscou-se contribuir com o processo decisório do ensino superior privado o que auxiliará no desenvolvimento dos propósitos da pesquisa.

Primeiro foi selecionado o material de pesquisa com base nas referências bibliográficas, onde possibilitou o levantamento de bibliografia já publicada, por meio de livros, revistas, publicações digitais, que sustentou a fundamentação da pesquisa objeto de estudo.

Também foi utilizada a pesquisa exploratória que contempla em estudos exploratórios, no que tange a formulação de um problema, em busca de realizar uma pesquisa e investigação com base no assunto proposto.

A pesquisa ainda utilizou o método documental, encarregado de consultas pertinentes à legislação brasileira, coletando dados e informações de documentos eletrônicos, bem como na consulta da CF, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), CENSO SUPERIOR, Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa (INEP) e outros acessos do governo.

A pesquisa também classifica-se de natureza qualitativa, pois permitiu o desenvolvimento de conceitos, ideias e descrições, de modo a descrever sobre o assunto pesquisado, com gráficos, possibilitando uma análise descritiva.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Considerando a GC como uma ferramenta de gestão, que efetivamente visa integrar, disseminar e evidenciar o conhecimento em uma organização, esse artigo buscou disponibilizar informações e conhecimentos novos a qualquer usuário da informação. Portanto conhecer o processo de expansão do ensino superior brasileiro nos últimos anos, em virtude do aumento de IES particulares, aumento de números de matrículas, contratos do FIES e bolsas ProUni, torna-se uma discussão preliminar no contexto do ensino.

Analisando o crescimento das IES particulares conforme gráfico 1, correspondente aos anos 2000 – 2013, analisando o último ano em relação ao primeiro ano, pode ser observado um crescimento de 138,14%, considerando um crescimento acelerado. Um dos componentes importantes da expansão do ensino superior, parece que está relacionada com o seu financiamento através dos programas de governo FIES e ProUni.

Ainda pertinente ao assunto, pode-se observar no gráfico 2, o crescimento de Matrículas com o ensino superior, cujo a análise tendo base o último ano de 2013 em relação ao ano de 2000, observa-se um crescimento de 178,61%.

O FIES foi constituído no ano de 1999 e ProUni no ano de 2005, a partir disso, nota-se um crescimento de forma significativa, observando o quadro 1, com números pertinente ao FIES e o ProUni:

Quadro 1 – Evolução FIES e Pro-Uni (2005 – 2014)

	FIES		ProUni	
2005	77.202	variação	112.275	variação
2006	56.064	-27,38%	138.668	23,51%
2007	47.900	-14,56%	163.854	18,16%
2008	61.433	28,25%	225.005	37,32%
2009	32.594	-46,94%	247.643	10,06%
2010	76.165	133,68%	240.441	-2,91%
2011	154.250	102,52%	254.598	5,89%
2012	377.780	144,91%	284.622	11,79%
2013	559.905	48,21%	252.374	-11,33%
2014	732.243	30,78%	306.726	21,54%

Fonte: Caixa Econômica Federal e MEC

Conforme Quadro 1, demonstrou a evolução do FIES e ProUni, na modalidade FIES, no período de 2005 – 2014, comparando o último ano de 2014 em relação ao ano de 2005, obteve uma variação de 848,48%, evidencia-se um aumento com números de contratos de forma relevante.

Ainda no Quadro 1, na modalidade ProUni, demonstrou-se uma variação no período do ano de 2005 – 2014, podendo-se comparar o último ano de 2014 em relação ao ano de 2005, teve uma variação de 173,19%,



desta forma, considerando um aumento com números de bolsas de forma significativa. Para melhor ilustração, segue o gráfico 5:

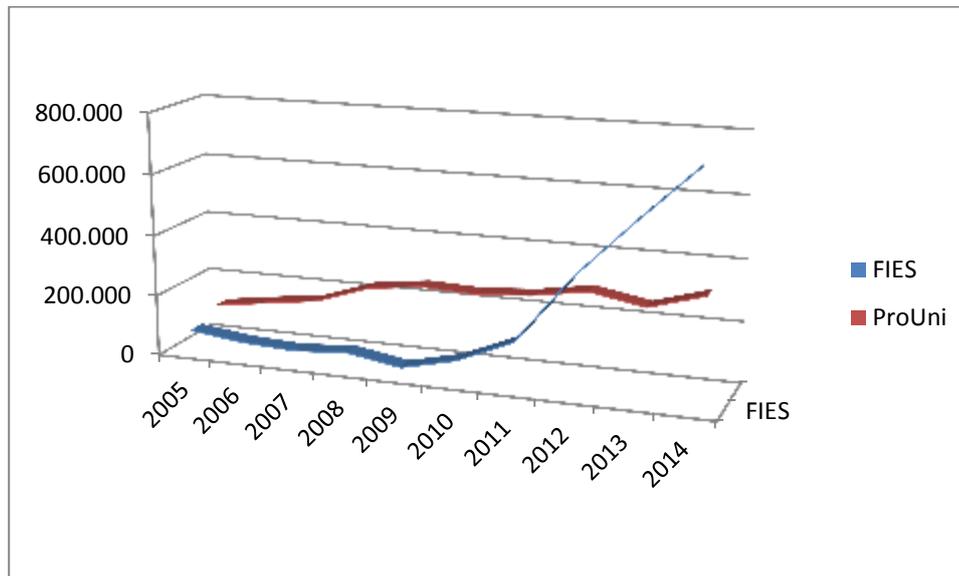


Gráfico 5 – Crescimento FIES e ProUni (2005 - 2014).

Fonte: Elaborado pelo Autor

Segundo o gráfico 5, demonstra o crescimento do FIES e ProUni, no período de 2005 a 2014, fica evidenciado que o FIES teve um crescimento mais acentuado, em relação ao crescimento do ProUni, haja visto, que deixa em aberto uma pesquisa mais detalhada a cerca desse assunto em questão.

5 CONCLUSÃO

Partindo de um pressuposto que a informação é um requisito fundamental para formação de novos conhecimentos, havendo a necessidade das informações estarem disponíveis para diversos usuários, bem como em uma organização ou em rede de instituições. Pode-se constatar a importância das informações coletas nesta pesquisa. Com relação à GC, sendo utilizada como uma ferramenta essencial para as organizações ou rede de instituições, a mesma mostra-se com a finalidade de gerenciar um conjunto de atividades responsáveis por criar, armazenar, disseminar e utilizar efetivamente o conhecimento, por meio das informações e conhecimentos obtidos nesta.

Buscando o objetivo da pesquisa e os programas de governo, quando sua contribuição com a expansão do ensino superior privado, pode está relacionado ao crescimento de IES particulares, número de matrículas e aumento de FIES e ProUni, percebe-se que o ensino superior brasileiro se expandiu nos últimos anos, conforme apresentado nos gráficos do tópico 2, de acordo com o gráfico 1 (crescimento de IES particular) e gráfico 2 (Matricula no Ensino Superior).

No que se refere às modalidades de financiamento FIES e bolsas ProUni, sendo de certa forma direcionado para os acadêmicos de baixa renda, levando em consideração nos últimos anos uma reforma para o ensino, proporcionando mais oportunidades de acesso ao ensino superior, desta forma destacado no quadro 1, números relativos aos contratos com o FIES e bolsas do ProUni, nota-se que o FIES do ano de 2005 até o ano de 2011, já apontava um aumento de 99,80% relativo ao número de contratos, logo até o ano de 2014, esse número em relação à 2005, já representava 848,48%, levando em consideração um aumento significativo.

Nesse sentido, com base no quadro 1, do início do ProUni em 2005 até o ano de 2008, já apontava no aumento de bolsas de 100,40%, logo até o ano de 2014, esse número em relação à 2005, já representava 173,19%. Com análise das modalidades de financiamento FIES e bolsas do ProUni, observa que o FIES teve um crescimento diferenciado em relação ao ProUni, diante de fatores que contribuíram com esse crescimento.

Vale ressaltar, que o financiamento educacional com o FIES e a bolsa ProUni, o qual permitem a compensação de tributos federais, nas modalidades de INSS, COFINS, PIS, IRPJ e CSLL. Relacionado ao FIES, as IES particulares recebem incentivos no tributo federal, na modalidade patronal de INSS e o ProUni, incentivos para compensações de COFINS, PIS, IRPJ e CSLL. Torna-se um ponto relevante, no sentido de resultados, sendo um bom negócio para uma IES particular.

Com base na pesquisa, o ensino superior privado e a sua expansão nos últimos anos, não será possível afirmar uma posição final, se a expansão está relacionada com a contribuição dos programas de governo FIES e ProUni, devido a sua abrangência e complexidade no momento, devido a necessidade de efetuar uma análise



descritiva mais avançada. Deixando como sugestão que a pesquisa possa ser continuada e aprofundada, o que se mostrou como uma limitação no momento. Mas, sugerida para trabalhos futuros, de modo que se apropriem novos levantamentos, como estudo de caso entre duas ou três IES, evidenciado estatisticamente por número de contratos e valores financeiros, relacionados a anos anteriores e presentes, que possibilite comprovar esse crescimento do ensino superior brasileiro.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Nelson C. **Financiamento da educação Superior (Estado x Mercado)**. 1º ed. São Paulo: Cortez, 2003.

BUENO, G. de S; BENEVIDES, M. V. de S; ALBIERO, M. B; VAZ, S. R. **Gestão estratégica do conhecimento**. Rev. FAE, Curitiba, v.7, n.1, p.89-102, jan./jun. 2004.

Caixa Econômica Federal (FIES). Disponível em. . http://www3.caixa.gov.br/fies/FIES_InstEnsino_duvidas.asp. Acesso em 23 de Agosto de 2015.

Caixa Econômica Federal (Evolução do FIES). Disponível em. . <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/FIES2000.pdf>.

CARVALHO, Fábio C. A. **Gestão do conhecimento**. 1ª ed. São Paulo: Pearson, 2012.

Constituição Federal e 1988. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/ConstituicaoFederal/ConstFedTituloVI.htm>. Acesso em 19 de Julho de 2014.

Conselho Nacional de Educação(CNE). Disponível em <http://www.cnedu.pt/pt/>. Acesso em 17 de Agosto de 2014.

COSTA, V.L.C., et.al. **Descentralização da Educação (Novas formas de coordenação e financiamento)**. 2º ed.São Paulo: Cortez Editora, 2004.

Estatuto da criança e do adolescente. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069compilado.htm. Acesso em 19 de Agosto de 2014.

FAYARD. Pierre. **O inovador modelo japonês - De gestão do Conhecimento**. 1º ed. Rio Grande do Sul: Editora Artmed, 2010.

Lei nº 10.260 de 12/07/2001. Disponível em. <http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/2001/10260.htm>. Acesso em 23 de Agosto de 2015.

Lei nº 9.131 de 24/11/1995. Disponível em. <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/108165/lei-9131-95>. Acesso em 23 de Agosto de 2015.

LDB, Leis de Diretrizes e Base da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.rebidia.org.br/direduc.html>. Acesso em 23 de Agosto de 2015.

Plano Nacional de Educação (PNE). Disponível em http://www.senado.gov.br/noticias/agencia/quadros/qd_507.html. Acesso em 17 de Agosto de 2014.

Ministério da Educação. Disponível em <http://emec.mec.gov.br>. Programa Universidades para todos (ProUni). Disponível em. . <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em 20 de Agosto de 2014.

Ministério da Educação. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=14303%3Acne-atribuicoes&Itemid=754. Acesso em 25 de Agosto de 2015.

Programa Universidades para todos (ProUni). Disponível em. . <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em 20 de Agosto de 2014.

ZABOT, J. B. M; SILVA, L. C. M. **Gestão do conhecimento – Aprendizagem e Tecnologia Construindo a Inteligência Coletiva**. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.